

A conversão da CUT e a relação com o FAT (1990-2000)

Rodrigo Dias Teixeira¹

Este artigo parte de um estudo que tem o objetivo de corresponder às angústias e mudanças de uma nova conjuntura política, a qual fecha um ciclo dentro da organização dos movimentos sociais no Brasil. Se no período de transição pós-ditadura o sindicalismo demonstrava força e capacidade de mobilização, na década de 1990 a avalanche neoliberal gerou importantes modificações no interior do mundo do trabalho, debilitando as entidades das classes subalternas.

Ao invés de perceber meramente a influência do processo de reestruturação produtiva no interior da Central Única dos Trabalhadores (CUT), este estudo busca contribuir também para outro enfoque de análise: *em que medida a mudança de atuação da CUT viabilizou a reestruturação produtiva no Brasil, tanto do ponto de vista ideológico quanto político?* Ou seja, partir dos aparelhos privados de hegemonia, da Sociedade Civil, para chegar ao Estado no sentido amplo, percebendo seus conflitos e mudanças de rota².

O período no qual a CUT manteve-se claramente classista e de massas, que vai desde a formação da comissão pró-CUT, em 1981, até período regido pelo III CONCUT (setembro de 1988 - Setembro 1991), não se encontra no âmbito deste artigo³. Nesse sentido, priorizamos a década de 1990 em nosso recorte cronológico.

A conversão da CUT: do classismo ao pacto social (1990-1994)

No período pós-Constituição, na ausência inicial de um candidato unificado das classes dominantes, a possibilidade de ascensão de um governo popular representada pela candidatura de Lula da Silva, do PT, contribuiu para o acirramento na correlação de forças. Entretanto, com a posterior unidade em torno da candidatura Collor, a vitória

burguesa nas eleições de 1989 concebe o ajuste neoliberal como estratégia para a saída da crise do Estado e do Capitalismo no Brasil.

Assim, “*é possível dizer que, a partir do governo Collor, com sua orientação política neoliberal, tende a ocorrer um novo aprofundamento do processo de integração do Brasil no cenário capitalista mundial, já em avançado estágio de globalização produtiva. Ocorre um novo salto qualitativo no processo de inovações produtivas no país.*”⁴ A política econômica neoliberal de Collor e seus choques recessivos impulsionaram as empresas a promover profundas modificações no interior da estrutura do processo de trabalho.

Foi este novo panorama que a CUT enfrentou no início da década de 1990. Não apenas o seu candidato, Lula, tinha sido derrotado na primeira disputa direta a presidente do período pós-ditadura; o candidato vencedor construiu através da atuação governamental uma política que tinha como objetivo debilitar o movimento sindical, o qual começava a ter dificuldades com o aumento do desemprego e do controle patronal no processo de trabalho.

Em setembro de 1991 realizou-se o IV Congresso da CUT, fórum máximo de deliberação da entidade, que contou com a participação de 1.554 delegados, provenientes de 1.679 entidades. Destes, 17% foram eleitos diretamente pelas bases, e 83% pelas direções dos sindicatos. Um dos aspectos mais marcantes deste congresso foi a luta interna pelo controle do poder da Central. Esta luta política, em muitos momentos era mascarada pelo setor majoritário como “questões administrativas”, que envolviam a mudança dos estatutos, a mudança na eleição dos delegados e a questão da chamada proporcionalidade “qualificada”. A eclosão de tantas divergências dividiu o Congresso em dois blocos fundamentais: de um lado, a “*Articulação Sindical*”, em aliança com a “*Nova Esquerda*”, a “*Vertente*

1 Mestrando em História Social da UFF. Este texto é uma adaptação da monografia “A Conversão da CUT e a relação com o FAT (1980-2000)”, com mudanças no enfoque e recorte cronológico. Bolsista da CAPES.

2 Cf. GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Vol. 3 - (Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

4 Giovanni Alves. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – o Brasil nos anos noventa. IN: TEIXEIRA, Francisco J. S.(org.) Neoliberalismo e reestruturação produtiva : as novas determinações do mundo do trabalho. SP: Cortez, 1998.

Socialista” e a “*Unidade Sindical*”, e do outro lado as outras tendências, como o “*CUT pela base*”, “*Corrente Sindical Classista*”, “*Convergência Socialista*”, “*Força Socialista*” e outros pequenos grupos. Os campos sindicais nos quais participavam o PC do B e o PCB, antes presentes na CGT, a partir deste IV CONCURT iniciaram a sua participação na Central.

O IV CONCURT foi um grande marco para definição dos caminhos que a CUT trilhou na década de 1990. Este foi o primeiro Congresso no qual o efeito “Funil”, aprovado no III CONCURT foi testado na prática. O que ocorreu foi uma grande diminuição da participação da Base nas definições da CUT, como podemos perceber no quadro abaixo:

Quadro 1 – Evolução da participação dos delegados nos CONCURT’s⁵

	Base	Direção
I CONCURT	65,9%	34,1%
II CONCURT	70,51%	29,49%
III CONCURT	51%	49%
IV CONCURT	17%	83%

Com este novo panorama, o Congresso aprovou, por uma pequena maioria de 21 votos, ou 1,35%, o fim da autonomia da CUT perante as Centrais Sindicais Internacionais, abrindo espaço para a filiação da CUT a CISOL na 5ª Plenária Nacional da CUT, em 1992.

A segunda grande votação foi sobre a proporcionalidade qualificada. A oposição desejava um sistema mais democrático, no qual houvesse “*roveamento*” na escolha dos cargos para a direção da Central. Pelos estatutos vigentes, a chapa vencedora tinha o direito a preencher todos os cargos de acordo com o número de representantes eleitos, sendo os outros posteriormente preenchidos pela chapa perdedora. Se a proporcionalidade qualificada funcionasse, a direção espelharia melhor o equilíbrio do Congresso, pois a chapa vencedora ficaria com a Presidência, a chapa de oposição com a vice-presidência, e assim sucessivamente.

Nesta votação, *na primeira contagem houve empate*. Realizou-se, então, uma recontagem com a presença de fiscais atentos, dos dois lados e a proposta da oposição foi vencedora: 742 votos favoráveis e 741 contrários. Entretanto, no domingo, reiniciados os

trabalhos, a direção do congresso opta por anular a votação sobre a proporcionalidade porque um dos votos em separado seria “repetido”. Após a notícia da anulação, o congresso ficou paralisado por mais de quatro horas, período no qual os dois blocos existentes na Central tiveram conflitos sérios, inclusive físicos. O tempo foi passando, e chega uma nova informação da mesa diretora dos trabalhos, avisando que o prazo para a inscrição das chapas havia sido encerrado e com apenas uma chapa inscrita, a da “*Articulação Sindical*”, passando-se assim para votação. A situação, que já era complicada, piorou ainda mais. Após uma forte pressão da oposição, foi dado um pequeno prazo para que outras chapas se inscrevessem. Dessa forma encerrou-se a polêmica sobre a votação da proporcionalidade, com a manutenção do estatuto da CUT, passando por cima da deliberação do Congresso que aprovara a “*proporcionalidade qualificada*”⁶.

Apenas duas chapas se inscreveram para participar do processo eleitoral neste congresso. A chapa 1, encabeçada por Jair Meneguelli, da Articulação Sindical e seus aliados, com 52,16%, e a chapa 2, liderada por Durval de Carvalho, da CUT pela Base, em conjunto com os outros setores da oposição, com 47,84%.

Neste Congresso ocorreu a reeleição de Jorge Lorenzetti para a Secretaria Nacional de Formação. Neste mesmo ano, o plano de Trabalho da Secretaria Nacional de Formação propõe a manutenção de grande parte do conteúdo para o curso de Concepção, Estrutura e Prática Sindical (CEPS), naquele período visto como o “*carro chefe*” da formação cutista.

Após a vitória do setor majoritário, assim o Secretário Geral da Central reeleito, Gilmar Carneiro, avaliou o IV CONCURT: “*Em 1983, no Congresso de fundação da CUT tiramos fora a direita. Neste IV CONCURT nos livramos da esquerda*”⁷.

Logo após o Congresso, em 13 de dezembro de 1991, em São Bernardo do Campo, ocorreu a “*Vigília contra a Recessão*”, cujo lema era “*Vamos acender a chama da dignidade e da produção*”. No palanque, lado a lado, trabalhadores, empresários e políticos ligados aos setores burgueses: entre os presentes, estavam Mário Amato, presidente da Federação do Comércio, e Emerson Kapaz, representante da PNBE, além de representantes da FIESP e outros empresários. Este seria o pontapé para um novo pacto da CUT com os setores empresariais para resgatar o “*desenvolvimento econômico*” do país, já que, dois meses após, Vicentinho estava trabalhando pela criação das câmaras setoriais.

⁵ Elaboração própria. Fonte: CUT. Resoluções dos Congressos da CUT.

As câmaras setoriais foram apresentadas pelo setor dirigente da CUT como a ferramenta que salvaria o Brasil da crise, uma alternativa estratégica para o conjunto do sindicalismo da década de 1990. Dessa forma, o setor dirigente da CUT, logo após o IV CONCURT, propõe como *solução para o processo de reestruturação produtiva a construção de um grande pacto entre empresários, trabalhadores e governo*. Das 26 câmaras setoriais existentes, a CUT participava em 14.

Em 1992 a inércia da CUT frente a crise do governo Collor e sua incapacidade de organizar manifestações sindicais para pressionar a saída do presidente, refletiam bem a mudança de postura da Central, e seu gradativo distanciamento das bases. A atuação da Central acabou por não impor uma dinâmica mais enfática e organizada ao movimento “Fora Collor”. *O quadro de recessão econômica com desemprego e arrocho salarial colocaram os trabalhadores na defensiva, agravada pela postura vacilante e conciliadora da CUT*.

Em março de 1993, após o impeachment de Collor e a manutenção do vice Itamar, a reunião da Direção Nacional aprovava uma política em relação ao Governo: nem ser oposição, nem situação. Além disso, mantinha em sua forma de atuação a participação nos espaços de pacto social, imprimindo uma postura cada vez mais conciliadora com a ordem vigente. Um exemplo desta postura foi a proposta de “negociação ampla” do governo Itamar Franco, em julho de 1993.

E em 5 de abril de 1993, não mais de duzentas pessoas compareceram ao ato público, convocado pela CUT, na cidade do Rio de Janeiro, para protestar contra a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), demonstrando que a Central já não conseguia mobilizar como antes. Estava em curso, portanto, uma conjuntura mais desfavorável, com forte queda das greves:

Quadro 2 - Greves no Brasil (1989-1993)⁶

Ano	Nº de Greves	Índice = 100
1989	3.943	100
1990	2.357	59,77
1991	1.399	35,48
1992	554	14,05
1993	653	16,56

6 NETO, Sebastião e GIANNOTTI, Vito (orgs). Para Onde Vai a CUT?. São Paulo, Página Aberta, 1993.

7 Jornal da Tarde. 12.9.91 NETO, Sebastião e GIANNOTTI, Vito (orgs). Para

Se até 1989 podíamos avaliar o período enquanto de crescimento do movimento sindical e de resistência, após 1989 temos uma queda da sua força política, e de forma correlacionada, a viabilização na prática do projeto neoliberal pelas classes dominantes.

Em 19 de maio de 1993, Fernando Henrique Cardoso foi escolhido enquanto Ministro da Fazenda do Governo Itamar, e em 24 de fevereiro de 1994, o governo anunciava o Plano Real. O ministro FHC transformou-se, através do Plano, em figura de apoio popular, com uma forte atuação midiática por trás. Com o “sucesso” do plano e o respaldo político generalizado, nas eleições de 3 de outubro de 1994, FHC foi eleito presidente da República no primeiro turno, com quase 55% dos votos válidos, enquanto o segundo colocado, Lula da Silva do PT, apoiado pela CUT e a grande maioria dos movimentos sociais do país, atingiu 37% dos votos.

O V CONCURT ocorreu numa perspectiva de comemoração dos 10 anos da Central (1983-1993), e a partir deste marco fazia um balanço do período. Cada vez mais na Central, e este V CONCURT fez parte desta perspectiva, ganhava força a idéia de que os primeiros dez anos foram marcados por uma política reativa da CUT, e que para enfrentar a nova conjuntura, o importante não seria apenas questionar as políticas neoliberais do governo, mas “sugerir alternativas”.

O que estava colocado, entretanto, não era apenas a construção de planos alternativos ao neoliberalismo. *A política da maioria da Direção da CUT era conceber um novo consenso no interior da Central que legitimasse sua política de participação nos fóruns tripartites*. E sua atuação nesses espaços mantinha uma postura subordinada a política das classes dominantes, pois via o ajuste neoliberal e suas conseqüências, como a reestruturação produtiva, como algo inexorável⁸. Como expressão da atuação baseada nos espaços de pacto-social, em junho de 1994 a CUT participava de 16 conselhos tripartites organizados pelo Governo Federal.

No V CONCURT foi eleito para presidência da CUT Vicente de Paulo da Silva, o “Vicentino”, além de uma nova Secretaria Nacional de Formação, tendo agora a frente Mônica Valente, psicóloga e militante do Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Público de Saúde do Estado de São Paulo. É o fim da participação de Jorge Lorenzetti a frente da SNF, na

Onde Vai a CUT?. São Paulo, Página Aberta, 1993. pág. 54

8 MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e Sindicatos no Brasil. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2002. Elaboração Própria

9 CUT. Resoluções do V Congresso Nacional da CUT

qual esteve durante 8 anos (1986-1994).

O V CONCURTO deliberou no que tange a “Política Nacional de Formação da CUT”¹⁰, uma nova estrutura de organização, como também o esquecimento da referência a uma formação classista e anticapitalista. O texto faz diversas referências ao “projeto sindical cutista”, oriundo de um espaço de “reflexão e capacitação crítica”. *Nesse momento foram deixados de lado os princípios do estatuto da CUT, a qual deveria ser classista e anticapitalista, para nortear a formação no “projeto sindical cutista”*. O eixo político que norteou a consolidação das mudanças de rumo da formação político-sindical da CUT foi a substituição da *luta classista* pelo *exercício da cidadania*.

No mesmo V CONCURTO, temos uma deliberação sobre a “Formação Profissional”. Nela, ao mesmo tempo em que a CUT colocou-se na defesa de uma Formação Profissional financiada e executada pelo Estado, *não condenou diretamente que sindicatos de sua base realizassem cursos de formação profissional*¹¹. É importante destacar que muitos sindicatos que realizavam estes cursos tinham seu aparato burocrático vinculado às políticas corporativistas, tanto da Era Vargas quanto da Ditadura Militar. Muito do “novo sindicalismo” ainda convivía com o “velho”.

A CUT conciliadora e a execução da formação profissional através de recursos do FAT (1994-2000)

Entre 1994-1995 crescia nos fóruns da CUT o debate sobre a Formação Profissional, até que em agosto de 1995, na 7ª Plenária Nacional, a mudança de rumos foi consolidada.

A 7ª Plenária teve no ponto “Formação Profissional” um dos seus textos de deliberação mais elaborados. Nele a CUT já não diferenciava Formação Profissional de requalificação profissional, utilizando os termos enquanto sinônimos. Outro aspecto importante foi a defesa da realização cursos de Formação Profissional como forma de aproximação da Central com os segmentos desempregados da sociedade.

Nesta mesma plenária, a CUT deliberou

*“organizar através da Secretaria de Políticas Sociais, Secretaria de Formação e Secretaria de Política Sindical, um plano de trabalho para implementar a política de Formação Profissional da CUT na estrutura da Central (Escolas de Formação, estrutura vertical etc.)”*¹².

Esta deliberação forçou o aumento da relação da CUT com a institucionalidade, em especial na participação nos fóruns tripartites¹³. O mais importante destes é o CODEFAT, Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) foi criado em 1990 pela Lei 7998/90 que regulamenta o artigo 239 da Constituição de 1988, em pleno governo Collor. Trata-se de um fundo contábil, vinculado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), formado com recursos provenientes do PIS/PASEP¹⁴ destinados ao custeio do Programa do Seguro Desemprego, ao pagamento do Abono Salarial e financiamento de programas de desenvolvimento econômico e requalificação profissional. Para se ter uma idéia da grandiosidade deste fundo, em 2000, o FAT totalizava, aproximadamente, sessenta bilhões de reais, constituindo-se como o maior fundo público não orçamentário do país e um dos maiores do mundo. Para efeito de comparação, podemos lembrar que no mesmo ano o total de empréstimos cedidos pelo Banco Mundial chegou a 26,7 Bilhões de Reais, ou seja, menos da metade dos recursos do FAT¹⁵.

Em conjunto com a criação do Fundo, foi instituído seu Conselho Deliberativo, o CODEFAT. A CUT inicia sua participação no CODEFAT em 26 de Julho de 1990, sendo seu representante Antonio Carlos de Andrade, naquele momento Secretário de Política Social da Central, e membro da Federação Nacional das Associações de Servidores da Previdência Social (FENASPS). Dos recursos do FAT, 60% são destinados ao Sistema Público de Emprego – SPE, e 40% são aplicados no BNDES. Excetuam-se do domínio do CODEFAT os 40% destinados ao BNDES, apesar deste ter que prestar contas ao Conselho. Ou seja, o CODEFAT não tem interferência sobre as verbas do FAT aplicadas diretamente no BNDES.

No geral, a participação da CUT no CODEFAT no primeiro período (1990-1994) é sem

10 CUT – Resoluções do V CONCURTO

11 CUT – Resoluções do V CONCURTO

12 CUT – 7ª Plenária Nacional. 1995

13 Os Fóruns tripartites são espaços de deliberação nos quais participam representantes dos trabalhadores, empresários e governo.

14 O Fundo PIS-PASEP é resultante da unificação dos fundos constituídos com recursos do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação

do Patrimônio do Servidor Público - PASEP. São mantidos pelas pessoas jurídicas - com exceção das micro e pequenas empresas, que são obrigadas a contribuir com uma alíquota variável (de 0,65% a 1,65%) sobre o total das receitas.

15 Annual Report 2000 – The World Bank
<http://www.worldbank.org/html/extpb/annrep2000/content.htm>

grande entusiasmo, mantendo seus princípios de “disputa das concepções e dos recursos públicos”, como também reivindicando um maior controle sobre o Sistema “S”¹⁶. Esta atuação modifica seus rumos a partir da Resolução 80 do CODEFAT, em 1994, que institui as Comissões Municipais e Estaduais de Trabalho e Emprego, com o objetivo de transferir ao poder local as decisões dos recursos do FAT e sua fiscalização, na perspectiva do Programa de Geração de Renda (PROGER), criado no mesmo ano¹⁷. Estas comissões reproduziam a estrutura do CODEFAT em âmbito Estadual e Municipal.

As Comissões Municipais e Estaduais de Trabalho e Emprego aumentaram a estrutura institucional do FAT, o qual deixou de ter uma deliberação centralizada dos seus recursos por meio do CODEFAT. Na 7ª Plenária Nacional, a Central deliberou que as CUTs Estaduais deveriam “(...)tomar todas as iniciativas necessárias para a constituição das Comissões Tripartites Estaduais de Emprego nos seus estados”¹⁸.

Nesse sentido, a partir de 1994 a CUT organizou grande parte da sua estrutura, como as CUTS Estaduais e Secretarias de Formação Estaduais, para participação em Comissões Tripartites vinculadas ao FAT. É necessário lembrar que esta política inseriu-se no contexto do V CONCURTO, no qual a Central ratificou uma posição de complacência com a realização da Formação Profissional por seus sindicatos filiados, que agora, através das Comissões Municipais de Trabalho e Emprego, podiam disputar livremente os recursos do FAT.

No plano conjuntural, no ano de 1995 ocorreu a posse de FHC enquanto Presidente da República. Para além da política econômica baseada no Plano Real, que previa corte de gastos públicos, endividamento externo e juros altos como mecanismos de atração de capitais, o processo de privatização no governo FHC foi um dos pilares centrais do ajuste neoliberal no Brasil. A privatização foi uma política de Estado, na qual foram utilizados seus aparelhos para viabilizar a incorporação do patrimônio das empresas públicas pelos grandes bancos e grupos empresariais.

Como resposta a este processo, em 1995

ocorreram manifestações importantes contra as contra-reformas constitucionais. Em abril de 1995, a CUT-SP reuniu, na Praça da República, 15 mil manifestantes no Dia Nacional de Lutas Contra as Reformas Constitucionais.

Porém, dois dias depois da greve geral dos funcionários públicos federais contra as privatizações (realizada no dia 3 de maio), a Direção Nacional da Central decidiu, por iniciativa da corrente “Articulação Sindical”, abrir negociações com o governo em torno das contra-reformas constitucionais¹⁹. Dos 90 sindicalistas presentes na reunião, 55 votaram a favor, 28 contra, e 7 abstiveram-se. Foi esta postura de conciliação de classes que fundamentou a ida de Vicentinho para negociar com o governo FHC, no ano seguinte, a Contra-Reforma da Previdência.

Em fevereiro de 1996, chegou a ser assinado entre o Governo e a direção da CUT um acordo sobre a Contra-Reforma da Previdência, o qual só retirava direitos dos trabalhadores e contrariava pontos básicos da plataforma cutista sobre a matéria, como a substituição do tempo de serviço pelo tempo de contribuição na contagem para a aposentadoria. Todos os partidos de esquerda, como o PT, e alguns outros partidos de proveniência trabalhista, anunciaram publicamente que votariam contra a proposta oriunda do acordo²⁰. Vendo-se politicamente isolado e abandonado pelo seu próprio partido, o presidente da CUT, Vicentinho, apenas 24 horas antes da votação do projeto enviado a Câmara, rejeitou o acordo.

Nesse sentido, podemos afirmar que a *gestão de Vicentinho corresponde a uma fase de inflexão ainda maior da CUT em direção a uma concepção de sindicalismo conciliador, baseado na disputa de propostas e recursos nos conselhos tripartites*.

No ano de 1996 foi organizado aquilo que se transformou na matriz da nova vertente de atuação no âmbito da política de formação da CUT, o curso de formação de dirigentes “Ação sindical sobre emprego, o trabalho e a educação do trabalhador”, realizado pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM), em intercâmbio com os metalúrgicos da Suécia e parceria com as Escolas

Sistema S é o nome pelo qual ficou convencionado de se chamar ao conjunto de onze contribuições de interesse de categorias profissionais. Dentre as mais conhecidas estão o Senai, Sesi, Senac, Sesc e Sebrae.

AFFONSO, Cláudia. A CUT Conselheira: Tripartismo e Formação Profissional. Concepções e práticas sindicais nos anos 90. [Tese da UFF]. Niterói, RJ: s.n., 2001. pg 92

CUT – 7ª Plenária Nacional. 1995

BOITO, Armando. Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil. São Paulo,

Xamã, 1999, pág. 179

Este episódio foi uma das demonstrações que o processo de conversão da CUT aconteceu de forma diferente do ocorrido com o PT; inclusive o processo de degeneração da Central realizou-se antes, e de forma mais “prolongada”. Sobre as mudanças ocorridas nos grupos dirigentes do PT, ver COELHO, Eudélio. *Uma Esquerda Para O Capital. Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de doutoramento. Programa de Pós Graduação em História, UFF, 2005.

Sindicais SP, 7 de Outubro e Sul²¹. O projeto, construído no interior do programa “Integrar”, partia da referência de uma nova concepção de formação na CUT, que devia superar “*a visão ilustrada da formação sindical, calcada na transmissão de ideologias*”²². Seu objetivo era associar formação profissional com certificação de 1º grau; rapidamente o projeto se irradiou por várias partes do Brasil, o que nos faz considerar este como sendo parte das primeiras atividades de formação profissional que foram desenvolvidas pela própria CUT.

Em 1997 ocorreu o VI CONCUT, com a presença de 2.140 delegados, representando 19.451.589 trabalhadores. Desde o IV CONCUT, a Central não divulgava mais, nos números do Congresso, a relação entre os delegados da Base e da direção dos sindicatos. Uma das modificações importantes foi que, ao contrário dos outros Congressos, nos quais existia um caderno de teses por cada tendência, neste VI CONCUT esta tradição foi substituída por uma tese única da Direção Nacional da CUT.

As deliberações deste Congresso deram outro tom à construção de um novo consenso no interior da Central, que possibilitasse a mudança de rumos imprimida pela “Articulação Sindical”. Para o setor majoritário, a manutenção da visão “meramente de resistência”, típica da década de 1980, e identificada com as correntes de oposição, não seria apenas um equívoco, mas uma postura conservadora²³.

Sobre a reestruturação produtiva, a CUT *não mais colocava-se contra o processo*. A central devia lutar então por uma “reestruturação com justiça social”: *o importante era negociar o ritmo e a forma da reestruturação produtiva, não questionando os seus objetivos estratégicos e seu conteúdo de classe*. A CUT defendia a importância da “modernização tecnológica” das indústrias como forma de superação do desemprego, aplicando enquanto sua a estratégia das classes dominantes, sendo dirigida intelectual e moralmente pela burguesia.

Dessa forma, a perspectiva sindical-instrumental da formação da CUT deixou de priorizar a organização dos sindicatos e das lutas em direção a construção de subsídios para a ação institucional dos dirigentes, *consolidando a atuação da CUT enquanto*

executora de atividades de Formação Profissional, seja na qualificação de formadores, ou mesmo na realização de projetos. E sobre a forma de viabilização do financiamento destas atividades, a deliberação também era muito clara: *construir uma política de disputa de recursos provenientes do FAT*.

O VI CONCUT selou o término da transição da CUT, de um sindicalismo classista e combativo, para um sindicalismo conciliador e pelego, de uma postura de resistência e busca de alternativas estratégicas, para a disputa de propostas no campo institucional como prioridade. Neste Congresso foi eleito um novo Secretário para a SNF, Altemir Tortelli, membro da Fetrat-Sul – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, como também a reeleição de Vicentinho para a Presidência da CUT.

No 12º Encontro Nacional de Formação, realizado em Novembro de 1997, o tema mais discutido, alvo de uma polêmica aberta e demarcada, foi a Formação Profissional. Entretanto, apesar das grandes divergências, a CUT já havia buscado recursos do FAT para a realização de atividades de Formação Profissional, antes mesmo das deliberações deste 12º ENAFOR. Segundo Mônica Valente, ex-Secretária da SNF, o “projeto da CUT foi apresentado no início do ano (1997), foi aprovado em agosto e o dinheiro chegou em outubro.”²⁴ Este novo projeto tinha como referência de Formação Profissional as atividades realizadas pelo “Integrar”, da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, assim afirmou Altemir Tortelli no Encontro, já empossado como novo Secretário da SNF²⁵. Foi proposto ao CODEFAT enquanto “Programa Integral de Capacitação de Conselheiros das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho, Emprego e Renda e de Formação de Formadores em Educação Profissional”.

O Integral corresponde ao Convênio MTb/Sefor/Codefat 0011/97 CUT. A Capacitação de Conselheiros ofereceu mil vagas em 1998 e mil vagas em 1999. Nos dois casos a estrutura foi modular, combinando oficinas, seminários e módulos de formação à distância. No que tange à Formação de Formadores em Educação Profissional, foram oferecidas 500 vagas em 1998 e 500 vagas em 1999, para o curso de 120 horas, organizado em 3 módulos.

AFFONSO, Cláudia. A CUT Conselheira: Tripartismo e Formação Profissional. Concepções e práticas sindicais nos anos 90..pág

CUT/Escola Sindical São Paulo. “A crise brasileira no final do século XX: perspectivas para o movimento sindical”. Série Debates e reflexões n° 6.1999. Retirado de AFFONSO, Cláudia. op. cit., pág 192.

“Na atual conjuntura, a pura e simples negação das reformas propostas pelas

elites, equivale a uma posição conservadora, de manter o status quo, herdado dos militares (...)” CUT. IV Congresso Nacional da CUT- 1997

Entrevista de Mônica Valente. Retirado de TUMOLO, Paulo Sergio. Da Contestação à Conformação – A Formação Sindical da CUT e a Reestruturação Capitalista. São Paulo, Ed Unicamp, 2001, pág 230

Idem, ibidem

Esta foi a primeira parceria nacional da CUT com o FAT, coordenada pela Secretaria Nacional de Formação através de sete escolas orgânicas e das CUT Estaduais. A construção do Programa Integral através de um convênio de âmbito nacional com o FAT revelava uma relação cada vez mais orgânica com a institucionalidade. Como exemplo dessa política, temos a atuação do Presidente do CODEFAT no final de 1997, Delúbio Soares de Castro, representante da CUT no Conselho, que sugeriu o aumento das verbas do FAT de cerca de 360 milhões de reais para 1 bilhão de reais²⁶, já que assim a CUT poderia disputar um montante maior de recursos.

Em 1998 ocorreram novamente eleições, na qual a burguesia repetiu o que fizera na eleição de 1994: unificou-se em torno da candidatura de Fernando Henrique Cardoso para derrotar Lula e “exorcizar” a possibilidade de um candidato mais à esquerda no poder. Mas, passada a eleição, começavam a surgir indícios de que o período pós-eleitoral seria diferente do anterior.

O ajuste neoliberal, em um primeiro período, procurou obter uma base de apoio proveniente das classes subalternas, dirigindo as críticas existentes ao aparelho do Estado e a falta de políticas públicas em prol do projeto de contra-reformas. Em um segundo momento, entretanto, se os trabalhadores não ofereciam uma ampla resistência ao neoliberalismo (em certa medida devido à mudança de atuação de grande parte de suas entidades de classe, e de um “consenso” construído de que a privatização “visava” liberar recursos para as áreas de saúde e educação e para diminuir a dívida externa), começavam a perceber na prática os seus efeitos, questionando seus condutores. Além disso, o forte crescimento do desemprego e do trabalho informal gerados por esta política também aumentou o descontentamento existente.

Neste “mar de insatisfação” a Executiva Nacional da CUT aprovou, no final de 1998, uma iniciativa pioneira: a criação da Central de Atendimento Integrado ao Trabalhador, com o objetivo de transformá-la em experiência-piloto de desenvolvimento “do espaço público não estatal”, executando assim um programa específico de intermediação de mão-de-obra.

No ano de 1999 ocorreu a 9ª Plenária Nacional da CUT. Nas deliberações sobre a “Formação Profissional”, elegeu-se como principal tarefa a centralização das atividades e recursos nesta área, como também a construção de “espaços

*públicos não-estatais” organizados pela sociedade civil para execução das atividades formação profissional, na perspectiva de “disputa de hegemonia” da sociedade: “a construção de espaços públicos não estatais é convergente com os princípios que sempre nortearam a ação da Central e de todo o campo democrático-popular no processo constituinte de 88, ancorados na crítica da natureza privatista do Estado brasileiro.”*²⁷

Também em 1999, a CUT firmou, em âmbito nacional, um convênio único com o MTE/Sefor, por meio do Projeto Nacional de Qualificação Profissional – CUT Brasil, que envolveu sete programas de educação, formação profissional e desenvolvimento solidário, o “Integração”. Para este projeto foi disponibilizado pelo FAT R\$21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais), o que representava 70% dos gastos totais da CUT no ano em questão.

No ano de 2000 realizou-se o VII Congresso Nacional da CUT, o VII CONCURT. Neste Congresso, a Central via como principal alternativa ao desemprego existente no país a construção da “economia solidária”, através de cooperativas, como “políticas alternativas de mercado”.

A perspectiva da CUT era a construção de um “projeto alternativo de Sistema Público de Emprego”, no qual a Central devia ser protagonista na efetivação de uma nova agenda política, formalizando ações e propostas na área. Este projeto alternativo deveria ser composto por três dimensões primordiais: 1) envolvimento direto das entidades sindicais na gestão de políticas de emprego, trabalho e renda; 2) oferta articulada dos programas de seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra, educação e requalificação profissional, microcrédito, incubadoras de empresas e cooperativas de produção. 3) construir iniciativas de espaços públicos não estatais com a execução das políticas estatais de empregos dos municípios e dos governos estaduais²⁸.

Foi radicalizada, portanto, a concepção de que a CUT deveria construir espaços “públicos não estatais”, baseados no protagonismo da “sociedade civil” para dividir a responsabilidade com o Estado na formulação e execução do Sistema Público de Emprego. A CUT seria então mais eficaz e democrática para a realização de políticas públicas na área de trabalho, emprego e renda, cabendo ao Estado o financiamento destas atividades através do FAT. Neste mesmo VII CONCURT Altemir Tortelli é reeleito para a Secretaria Nacional de Formação, o

qual gerenciou uma estrutura nunca antes vista no âmbito da Central para a Formação Profissional. No ano de 2000 o FAT destinou a CUT um montante de R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) para a realização de atividades na área de formação profissional, baseadas no Plano Nacional de Qualificação da CUT e do projeto “Integração”. E como executor destas políticas, João Felício, da APEOESP-Sindicato dos Professores – SP, foi eleito presidente da CUT.

Conclusão

Podemos avaliar, portanto, que as transformações ocorridas na CUT, indo em direção a execução de cursos de Formação Profissional, teve a influência de alguns fatores, como: 1) Participação nos fóruns tripartites vinculados ao FAT, como o CODEFAT e as Comissões Estaduais e Municipais de Emprego. 2) Abertura da possibilidade de execução de atividades na área de formação profissional. 3) A perspectiva da democratização do Estado através da criação de espaços “públicos não estatais”. 4) A manutenção da participação da “Articulação Sindical” na Secretaria Nacional de Formação durante 14 anos (1986-2000).

Desde o V CONCURT, em 1994, no qual as atividades de formação profissional nos sindicatos filiados a CUT deviam ser “avaliadas enquanto experiências”, passando pela realização do “Integrar” pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos em 1996, pelo “Integral” construído pelo CUT em 1997/1998, até consolidar-se no programa “Integração” em 1999, a Central foi progressivamente aumentando sua participação na execução de cursos de Formação Profissional. Além da mudança de concepção, na qual um dos centros de atuação para superação do desemprego torna-se a requalificação profissional do trabalhador, a CUT tende a atrelar-se ao Estado, pois é a partir dos recursos provenientes do FAT, em sua grande maioria, que os cursos de formação profissional são realizados. Este atrelamento aumenta ano após ano, como podemos ver na seguinte tabela:

Ano	Quantidade de Recursos do FAT para a CUT	Índice = 100
1998	R\$ 8.000.000,00*	100
1999	R\$ 21.000.000,00	262,2
2000	R\$ 35.000.000,00	437,5

Ocorreu um crescimento de mais de 335% no recebimento de recursos pela CUT através do FAT num período de apenas 3 anos.

Ou seja, a CUT, em consonância com sua diretriz de “Central Cidadã” consolidou no final da primeira metade da década 1990, a busca pela construção de espaços “públicos não estatais”, os quais em geral são articulações de entidades da sociedade civil com financiamentos estatais. Já que o Estado, por si só, era neoliberal e privatista, a própria CUT, enquanto representante legítima da sociedade civil poderia realizar políticas públicas na área de emprego, visando à ampliação da atuação estatal e sua democratização. A Central deixou de prioritariamente cobrar a execução de políticas públicas pelo Estado para ver-se enquanto melhor realizadora das mesmas políticas, lutando pela ampliação de recursos estatais na área de intermediação de mão de obra e requalificação profissional.

Existiu uma tendência geral da CUT caminhar em direção aos espaços formais e institucionais, enquanto o mundo do trabalho tornava-se cada vez mais “ilegal” e informal, pois o avanço das classes dominantes criava um novo “código real”, que desprezava o “código legal” na medida em que este garantia conquistas aos trabalhadores.

Quadro 3 – Progressão dos recursos provenientes do FAT para CUT (1998-2000)²⁹

Retirado de “Prestando Contas – Balancete da Tesouraria Nacional da CUT – Agosto de 1999” e “ENAFOR – 2000”. Elaboração Própria
Soma do total de Recursos da CUT Nacional (R\$3.000.000,00) e da Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CUT (R\$5.000.000,00)